

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.739 - MG (2018/0286155-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE ITUIUTABA**
ADVOGADOS : **DANIEL RICARDO DAVI SOUSA - MG094229**
OLÍVIO GIROTTI NETO - MG109909
HAIALA ALBERTO OLIVEIRA - MG098420
ROBERTA CATARINA GIACOMO - MG120513
PATRICIA VILELA SANTOS - MG091793N
RENATA SOARES SILVA E OUTRO(S) - MG141886
ANGELINA SILVA DE OLIVEIRA - MG160956
RECORRIDO : **COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG**
ADVOGADO : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202**
ADVOGADA : **GABRIELA CRISTINA FIGUEIREDO GOMES E OUTRO(S) -**
MG139116

DESPACHO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado
(fl. 129, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SUBSTITUIÇÃO DE
PENHORA POR SEGURO GARANTIA - ARTIGO 9º, INCISO II
DA LEI 6.830/80 - CABIMENTO - DECISÃO REFORMADA. 1.
A Execução Fiscal deve ser regida pelos princípios da utilidade e da
economia da execução, sendo feita em benefício do credor, porém,
com menor onerosidade possível ao devedor. 2. A lei faculta ao
executado a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança
bancária ou seguro garantia. 3. E, segundo entendimento do egrégio
Superior Tribunal de Justiça, é possível à utilização do seguro
garantia como caução à execução fiscal.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 156/161, e-STJ).

Em suas razões, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial,
violação ao art. 9º da Lei 6.830/80.

Argumenta que a penhora em dinheiro é prioritária, podendo ser aceita a
sua substituição por outras modalidades apenas em casos excepcionais.

Depreende-se dos autos, portanto, que a causa de pedir é de direito
público, relativa à discussão acerca da possibilidade de substituição da penhora no
processo de execução fiscal, o que atrai a competência da Primeira Seção deste Tribunal,

nos termos do art. 9º, § 1º, incisos IX e XIV, do Regimento Interno DO Superior Tribunal de Justiça.

Como exemplo de julgado similar de órgão fracionário que compõe aquele Colegiado, transcrevo o seguinte:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA SOBRE NUMERÁRIO, VIA BACENJUD. SUBSTITUIÇÃO POR SEGURO-GARANTIA. DESCABIMENTO. OPOSIÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 09/08/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento, interposto pela parte ora agravante, contra a decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execuções Fiscais do Distrito Federal, que indeferira pedido de substituição da penhora em dinheiro, via Bacenjud, por seguro-garantia.

III. O acórdão recorrido atuou em harmonia com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que firmou compreensão no sentido de que a Fazenda Pública não pode ser, em Execução Fiscal, obrigada a aceitar substituição de penhora em dinheiro por seguro-garantia, sem que esteja demonstrada, concretamente, a existência de violação ao princípio da menor onerosidade. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 726.208/RR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/06/2016; REsp 1.592.339/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/06/2016; AgRg no REsp 1.447.892/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/08/2014; AgRg no REsp 1.417.707/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/02/2014.

IV. O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferira pedido de substituição da penhora em dinheiro por seguro-garantia, argumentando que o fazia em face das circunstâncias do caso concreto e da capacidade econômica do executado, que comporta a constrição judicial sobre ativos financeiros, sem manifesto prejuízo para as atividades da empresa, a atrair a observância do princípio da

menor onerosidade. A revisão desse entendimento demandaria reexame de provas, o que, efetivamente, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1300960/DF, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2018, DJe 26/10/2018)

Ante o exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos Ministros integrantes da Primeira Seção.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

